

O EVANGELHO SEGUNDO A PASTORAL DA CRIANÇA: por uma Pedagogia da Sobrevivência

THE GOSPEL ACCORDING TO THE PASTORAL DA CRIANÇA:
BY A PEDAGOGY OF SURVIVAL

José Mateus do Nascimento¹⁰²

RESUMO

Pesquisa, desenvolvida no bairro Parque dos Coqueiros, na cidade do Natal, Rio Grande do Norte, analisa a ação socioeducativa da Pastoral da Criança como pedagogia da sobrevivência, cultivada entre as populações pobres. Utiliza os pressupostos teórico-metodológicos da entrevista compreensiva (Jean Kaufmann), observação participante (Robert Bogdan) e análise documental (Le Goff); trazendo à reflexão conceitos como estratégias, táticas e as artes de fazer (Michel de Certeau), configuração (Nobert Elias), tecnologias de controle (Michel de Foucault), ética do cuidado (Leonardo Boff) e etnoteorias (Natália Ramos). A Pastoral da Criança é um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criada no município de Florestópolis, Londrina (Paraná), no ano de 1983. Expressa uma nova lógica de ação da Igreja Católica, valorizando a participação dos leigos na ação pastoral e elegendo a paróquia como núcleo irradiador da Doutrina Social da Igreja. Desde 1985, no Rio Grande do Norte, a instituição vem orientando famílias pobres quanto ao cuidado com a saúde dos filhos e conta com a participação efetiva dos leigos num trabalho voluntário, que também é devoção, firmado numa mística individual e de grupo. A intervenção possui três eixos: 1) a visita domiciliar mensal para o acompanhamento materno-infantil; 2) o Dia da Celebração da Vida para a pesagem das crianças, promove a vigilância nutricional; 3) e a Reunião de Avaliação e Reflexão, que articula os líderes comunitários para pensarem sobre os problemas presentes na ação socioeducativa que realizam. Esse “tripé da ação”, assim denominado pelos Agentes Pastorais, é modalidade de ação estratégica que fundamenta uma pedagogia para a sobrevivência das crianças pobres de 0 a 6 anos de idade. Os familiares aprendem a lidar com a prevenção, o essencial, o alternativo e as probabilidades na produção de táticas de escape, frente às condições de exclusão ou mesmo de extermínio social. Dessa maneira, a Pastoral da Criança recupera o sentimento de infância nos bolsões de pobreza e influencia na diminuição

¹⁰² Prof. Dr. efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e ao Núcleo de Pesquisa em Educação do IFRN – Campus Natal Central, e-mail: mateus.nascimento@ifrn.edu.br e zenmateus@gmail.com

da desnutrição e da mortalidade materno-infantil. Essa pedagogia da sobrevivência firma-se no ensinar-aprender as artes de cuidar da criança pobre. Trata-se de uma ação social e educativa, não assistencialista, mas ainda tímida na mobilização das comunidades acompanhadas para a emancipação e mudança da condição social.

1. EVANGELHO SEGUNDO A PASTORAL DA CRIANÇA: POR UMA PEDAGOGIA DA SOBREVIVÊNCIA

Nessa oportunidade, busco refletir sobre a Pastoral da Criança (PCr), na perspectiva de uma pedagogia da sobrevivência, ou seja, como essa entidade se dispõe a ensinar maneiras de cuidar das crianças pobres a partir das condições de vida em que estão inseridas, investindo em possibilidades de escape. Trata também de um olhar sobre a ação social e educativa da PCr, com o objetivo de entender como a referida instituição, no seio da sociedade atual, contribui na construção do sentimento de infância nos bolsões de pobreza.

Optei em utilizar o termo “sentimento de infância”, porque semelhante a Ariés (1981), Kuhlmann Jr. (2004), Tozoni-Reis (2002), Dornelles (2005) compreendo que a figura do infante foi historicamente construída e está atrelada tanto a condição de vida da criança, como as diferentes maneiras de cuidar cultivadas pelos adultos em distintos espaços e temporalidades.

Quanto as práticas desenvolvidas pela PCr nas comunidades pobres, destaco o seu caráter social, no sentido de trabalho solidário e coletivo a favor da dignidade humana. A ação social por mim entendida como “[...] uma ação racional referente a valores, [...] orientada pela crença no compromisso próprio [...].” (WEBER, 1991, p.19;25). Obedecendo a essa lógica de ação, os indivíduos agem motivados pela convicção pessoal, para o cultivo da dignidade, da piedade, dos direitos religiosos ou outras causas humanas. Ação que é realizada com a intenção de atender as necessidades de outros indivíduos.

Destaco também o caráter educativo dessa ação, quando implementa um trabalho de orientação sobre as ações básicas de saúde junto aos familiares das crianças acompanhadas. Os Agentes Pastorais, especificamente os Líderes Comunitários, realizam uma ação educativa porque articulam um conjunto de saberes em função da instituição de práticas de cuidado da criança de 0 a 6 anos de idade nas comunidades pobres.

Apesar da Igreja Católica, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) utilizar a denominação “organismo de ação social” para identificar a PCr, considero a intervenção desta instituição como uma ação socioeducativa, capaz de exercer influência sobre os indivíduos através da partilha de crenças, costumes, modos de agir e pela assimilação de novas experiências e saberes.

Refiro-me ao que Libâneo (1994) denomina de ação educativa em sentido mais amplo, onde os processos formativos são promovidos no meio da convivência social, comumente marcados pela informalidade porque se estruturam fora do sistema escolar convencional. A ação educativa da PCr se caracteriza como extra-escolar e informal, porém intencional, porque há uma consciência por parte de cada Agente Pastoral quanto aos objetivos e tarefas a serem alcançados.

A respeito do título deste trabalho - o Evangelho Segundo a Pastoral da Criança: por uma pedagogia da sobrevivência - faz-se necessário realizar algumas definições:

O termo evangelho aqui empregado abriga o mesmo sentido utilizado por João Paulo II em sua Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, publicada em 1995, que traz a definição como sendo os modos de pensar e agir diante de determinadas situações da vida humana. O evangelho como conjunto de princípios que se materializam na experiência pelo cuidado do próximo como de si mesmo.

Refiro-me a um tipo de pedagogia que, segundo Cambi (1999, p. 638), é redimensionada a partir de “novas emergências, novas exigências e novas fórmulas educativas, novos sujeitos dos processos formativos/educativos e novas orientações político-culturais” provenientes da nova organização social do mundo capitalista a partir dos anos 1980. Fala de uma pedagogia contemporânea organizada para tratar problemas sociais relacionados a raça, etnia, gênero, ecologia, geração, entre outros. Conjunto de emergências que transformaram as conotações sociais da pedagogia, recolocando-a de maneira nova no seio da sociedade atual, funcionando como ciência preocupada com meios, formas e maneiras de levar grupos sociais à articulação entre saberes e práticas a favor de uma ética do cuidado e da sobrevivência dos seres humanos.

Nesse trabalho a significação de evangelho aproxima-se da de pedagogia, no que diz respeito ao conjunto de saberes e práticas que ambos articulam em função da formação de sujeitos sociais.

Defino pedagogia da sobrevivência como sendo o conjunto de saberes assimilados a partir do *ratio* popular (maneiras de pensar) e das modalidades de ação (maneiras de agir) aprendidas pelo homem ordinário que busca sobreviver na periferia do sistema social. Refiro-me a pedagogia do escape, fundamentada nas astúcias de pessoas que vivem em condições de extrema exclusão e miséria nos bolsões de pobreza. (CERTEAU, 1994) Pedagogia da sobrevivência como conjunto de táticas também ensinadas pelos Agentes Pastorais da PCr nas comunidades pobres.

Pesquisar sobre a lógica de intervenção da PCr implica em procurar entender como a Igreja Católica, durante os últimos vinte anos, vem estruturando uma política específica para atender à criança pobre no contexto social em que ela vive. Em relação às iniciativas anteriores, que consistia em campanhas isoladas de amparo na cidade ou no campo, a PCr se destaca por ser um Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), abrangendo todo o território nacional e que firma unidades de intervenção no espaço urbano e no rural.

Por meio da PCr é possível refletir sobre a nova dinâmica de organização da Igreja Católica no Brasil, quando elege a família como núcleo de exercício de uma cidadania cristã, ou conjunto direitos e deveres respaldado em valores cristãos. A princípio, entendo que as práticas de apoio à criança pobre, no contexto de intervenção da PCr, são de natureza preventiva e objetiva atingir as carências da criança no seio da família. Essas práticas diferem do conjunto de ações articuladas pelas Escolas Ambulatório e Reformatórios, no período do pós-Segunda Guerra, que acreditavam nos programas de combate a marginalidade infantil, que exigiam, pelo Estudo Social de Caso, a extração e isolamento do sujeito do meio familiar para tratamento, reajustamento social.

Ao divulgar o desejo de pesquisar sobre a atuação da PCr, algumas indagações surgiram, tais como: trata-se de uma instituição recentemente formada e por isso não estaria cedo torná-la objeto de pesquisa? O que investigar? Qual a problemática sugerida?

Conjunto de questões que afloram no início de qualquer pesquisa e chegam a contribuir para o amadurecimento do objeto, estimulando o pesquisador a gastar tempo na reflexão sobre as razões da escolha. O pesquisador sabe da dimensão

política que essa prática possui e como mexe com a sua subjetividade a árdua tarefa de delimitar o objeto de estudo e especificar o campo de investigação.

Durante esse período, interrogava-me muitas vezes: porque o interesse em estudar a infância? No meu caso, a escolha tanto está vinculada a uma trajetória de estudos, como se relaciona a minha atuação durante anos como professor de religião junto as crianças pobres na comunidade das Rocas, onde moro. Ainda tratando com o que denominei de “inconsciente da pesquisa”, provavelmente o interesse em discutir sobre infância e sobrevivência tenha relação com as limitações e subtrações vivenciadas quando fui garoto, modelado num espaço familiar de rígida moral religiosa.

Eleger a PCr como objeto de pesquisa justifica-se também porque se constitui um fenômeno único dentre as Pastorais Sociais que prestam serviço social no Brasil. Constituí-se a maior expressão de um período que marca, dentro da Igreja Católica, a institucionalização das práticas de apoio à criança pobre. Em décadas anteriores ouvia-se falar no desenvolvimento de programas isolados, e esporádicas experiências em dioceses ou paróquias, mas nada de caráter sistemático e que tivesse a natureza de uma proposta que fosse implantada no território nacional com tamanha força e estratégia.

Mas com que intenção realizar o estudo? Quais os aspectos a investigar numa instituição que em tão pouco tempo conquistou legitimidade nacional e internacional?

O objetivo desse olhar para a PCr é analisar a ação social e educativa que desenvolve nas comunidades pobres e a partir dos discursos dos Agentes Pastorais refletir sobre os sentidos atribuídos à infância e a sobrevivência.

O presente estudo tem por questões iniciais: que contradições e possibilidades estão por trás dessa ação social e educativa da Igreja Católica que mobiliza milhares de agentes em torno dos problemas de nutrição, saúde e educação das comunidades pobres? Como a Pastoral da Criança constrói um discurso de vida e vida em abundância, tendo como pano de fundo uma sociedade de modo de vida capitalista, que facilita ações de exclusão e morte? Que relação há entre as práticas de cuidado da criança, presentes nos programas de ação básica de educação e saúde que desenvolve, e os sentimentos sobre infância e sobrevivência cultivados no interior dos bolsões de pobreza?

O foco desse estudo é a ação socioeducativa da PCr, analisada sobre a ótica conceitual de autores como Certeau (1994), que reflete sobre as artes de fazer ou maneiras de pensar e agir o cotidiano do homem ordinário; como Elias (1970) que discute os conceitos de rede social e as relações de interdependência entre os grupos sociais.

Certeau (1994) constrói uma teoria das práticas cotidianas e consegue extrair de seu ruído as maneiras de fazer, modalidades de ação que se manifestam na forma de estratégia e de tática. Diz que a estratégia postula um lugar que serve de base para ação de um sujeito de querer e de poder, materializado nas instituições e grupos sociais; enquanto que a tática não possui lugar próprio para se instituir, ela é astúcia do sujeito que se insinua, aproveitando as oportunidades, dependendo exclusivamente do tempo, “[...] vigiando para captar no vôo possibilidades de ganho.” (CERTEAU, 1994, p.47)

Elias (1970, p.15) recupera-nos a noção de sociedade através do jogo de interdependências entre os indivíduos e os grupos sociais. O autor acredita que as pessoas são unidas umas as outras das mais diversas maneiras, constituindo “[...] teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como familiar, escolar, estratos sociais ou estados.”

Buscarei também comungar com as idéias de Ramos (2002) sobre Etnoteorias, que tratam das crenças, representações que os adultos desenvolvem sobre as diversas maneiras de cuidar das crianças pequenas, quanto ao seu desenvolvimento, as suas necessidades de saúde e educação.

Por apresentar uma proposta de ação para as famílias aprenderem a melhor cuidarem de seus filhos, a PCr age orientada por uma etnoteoria, que visa disseminar uma cultura do cuidado para a sobrevivência, firmada em modalidades de ação de vigilância, explicitados por Foucault (1987) como mecanismos disciplinares ramificados, decompostos em processos flexíveis de controle articulados na/pela escola, família, meios de comunicação e outros.

Foi minha opção, identificar e definir melhor os referidos conceitos e categorias ao longo da construção do texto, em meio às discussões, articulando-os aos discursos dos Agentes Pastorais entrevistados. Ainda, sob a orientação de Santos (2003) organizo alguns esquemas conceituais para facilitar a compreensão da temática.

Fazer pesquisa implica também em escolher caminhos metodológicos a trilhar. Comumente a escolha desses caminhos ocorre em função do caráter de cada objeto de pesquisa. Nesse caso, esta pesquisa foi realizada pela articulação de três eixos. O eixo central ou o ponto de partida da pesquisa foram as entrevistas, o dito sobre a ação social da PCr. Mediante a análise dos discursos orais, articulei conexões com outros dois eixos: a documentação e a observação participante.

Trata-se de um pesquisa de natureza qualitativa, que propõe a conjugação de procedimentos metodológicos entre a entrevista compreensiva, a análise documental e a observação participante, com a intenção de realizar possíveis conexões entre o dito, o escrito e o feito. Nesse sentido, considere como ponto de partida o tratamento com os discursos orais dos Agentes Pastorais e durante o processo de compreensão desses discursos fui sentindo a necessidade de dialogar com outras modalidades de discurso materializadas nos escritos (documentos que falam sobre a instituição) e nas ações socioeducativas implementadas junto as crianças acompanhadas pela PCr.

A presente pesquisa foi efetivada pelo processo de articulação contínua entre os sentidos que tanto fluíram dos discursos orais, como dos discursos escritos e dos períodos de observação participante da ação socioeducativa da PCr.

Articulação semelhante foi realizada por Certeau, Giard e Mayol (2002) nas pesquisas sobre as artes de morar e cozinhar em bairros populares na França. Buscando esclarecer o conceito de convivência na coletividade, os autores articularam os discursos escritos e falados à observação participante, consagrando campos possíveis de análise.

Nesse trabalho trato o discurso a partir de uma abordagem antropológica, na qual Geertz (1989), considera a discursividade como reflexo de cultura repleta de significação, simbolismo e possibilidades de interpretação. O discurso como produção sócio-histórica e cultural; como mediação necessária entre o sujeito e a realidade social, em que a palavra funciona na produção de sentidos; como busca pelo significado dado pelo indivíduo e pelo grupo às suas próprias maneiras de pensar (ideologias) e agir (práticas).

Os discursos orais e escritos aqui tratados como recursos de interpretação, leitura, compreensão, articuladores de redes de sentidos. O sentido que se manifesta a partir do exercício de subjetivação do mundo pelo sujeito: “definido não

como algo em si, mas como ‘relação a’. [...] Não está nas palavras mesmas, mas aquém e além delas. [...] Elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem.” Texto de Orlandi (1999, p. 25; 43) quando comenta que os sentidos não estão na essência das palavras, mas na discursividade, ou seja, nas maneiras como serve para materializar as vivências, os sentimentos, os valores, as idéias das pessoas.

Assentado nessa compreensão, não tive preocupação de instituir um procedimento linear, mas optei por uma atitude de alternância ou simultaneidade entre campos de análise. Elegi como ponto de partida a compreensão das falas dos Agentes Pastorais e no processo de tratamento do objeto, conforme a necessidade, realizei as articulações com as fontes escritas e a observação participante, de forma a vivenciar períodos em que realizei, concomitantemente, entrevistas, observação da ação social dos Agentes Pastorais e exame de documentos e material bibliográfico da instituição.

Como disse anteriormente, o principal eixo de sustentação da pesquisa é formado pelos discursos orais dos doze Agentes Pastorais (AP) da PCr entrevistados. Quando uso a denominação Agente Pastoral, refiro-me a pessoa que atua nas instâncias das coordenações, realizando o trabalho logístico de capacitação e supervisão, como também a aquela que atua junto à família, conhecida como Líder Comunitário.

A seguir visualizamos o perfil dos Agentes Pastorais entrevistados:

Entrevistado (a)	Sexo	Idade	Instâncias de atuação	Formação	Cargo Atual	Tempo de atuação	Local e data da entrevista
Dra. Zilda Arns	F	70	Coordenação Nacional	Médica Pediatra	Fundadora e Coordenadora Nacional	21 anos	Coordenação Nacional, Curitiba, (09/11/2004 – entrevista incompleta)
Agente Pastoral 1 AP1	M	35	Coordenação Nacional	Filosofia	Gestor de Relações Institucionais	8 anos	Coordenação Nacional, Curitiba (08/11/2004)

Agente Pastoral 2 AP2	M	42	Coordenação Estadual	Letras	Coordenador da Pastoral da Criança no RN	18 anos	Centro Pastoral Pio X, Natal (13/01/2005)
Agente Pastoral 3 AP3	F	42	Coordenação Diocesana	Pedagogia	Coordenadora Diocesana da Pastoral da Criança - Natal	10 anos	Centro Pastoral Pio X, Natal (02/08/2005)
Agente Pastoral 4 AP4	F	44	Coordenação de Área	Pedagogia	Coordenadora da Área Natal-Centro	8 anos	Centro Pastoral Pio X, Natal (17/01/2005)
Agente Pastoral 5 AP5	F	45	Coordenação Paroquial	Pedagogia	Coordenadora na Paróquia Santo Antônio de Pádua – Parque dos Coqueiros	4 anos	Brinquedoteca da Pastoral da Criança – Capela Santa Clara, Natal (13/02/2005)
Agente Pastoral 6 AP6	F	18	Coordenação comunitária	Ensino Médio	Coordenadora Comunitária – Capela Santa Clara (Vale Dourado)	4 anos	Residência da Coordenadora Paroquial – Vale Dourado, Natal (17/04/2005)
Agente Pastoral 7 AP7	M	30	Líder Comunitário	Ensino Médio	Líder Comunitário – Capela Santa Clara (Vale Dourado)	3 anos	Fundação José Augusto, Natal (02/05/2005)
Agente Pastoral 8 AP8	M	28	Líder Comunitário	Fundamental em curso	Líder Comunitário – Capela São Bartolomeu (Vila Paraíso)	4 anos	Salão Paroquial da Capela São Bartolomeu, Vila Paraíso, Natal (22/10/2005)
Agente Pastoral 9 AP9	F	51	Líder Comunitário	Ensino Médio	Líder Comunitário – Capela São Bartolomeu (Vila Paraíso)	2 anos	Salão Paroquial da Capela São Bartolomeu, Vila Paraíso, Natal (22/10/2005)
Agente Pastoral 10 AP10	F	20	Líder Comunitário	Ensino Médio	Líder Comunitário-Capela Santa Clara (Vale Dourado)	5 anos	Brinquedoteca da PCr – Capela Santa Clara, Vale Dourado, Natal

					Dourado)		(26/06/2006)
Agente Pastoral 11 AP11	F	18	Líder Comunitário-Rio	Ensino Médio em curso	Líder Comunitário-Capela Santa Clara (Vale Dourado)	2 anos	Residência da Líder Comunitária na Comunidade Vale Dourado, Natal (29/07/2006)
Agente Pastoral 12 AP12	F	18	Líder Comunitário-Rio	Ensino Médio	Líder Comunitário-Capela Santa Clara (Vale Dourado)	2 anos	Residência da Líder Comunitária na Comunidade Vale Dourado, Natal (29/07/2006)

QUADRO - Agentes pastorais entrevistados

Para análise das falas dos Agentes Pastorais entrevistados, recorri aos pressupostos teórico-metodológicos da Entrevista Compreensiva, que segundo Kaufmann (1996), propicia um processo de construção do objeto de estudo ao longo da pesquisa. Considerei esse caminho mais plausível para buscar entender um pouco da complexidade e dinamicidade que é peculiar a uma instituição como a PCr.

As entrevistas realizadas foram gravadas em áudio (fitas cassetes), o que demandou uma análise posterior das informações. As gravações ocorreram sob a autorização expressa dos entrevistados, esclarecendo-se que a divulgação dos dados, não comprometeria a identidade ou integridade de nenhum deles. Preocupeime em manter os entrevistados tranquilos, seguros e a vontade para falarem sobre o assunto. O bem-estar de cada um pôde influenciar na qualidade da conversação.

Os discursos orais dos Agentes Pastorais funcionaram como ponto de partida para a problematização, elementos mobilizadores na relação entre o pesquisador e a discussão teórica. As falas foram reveladoras de sentidos e valores e auxiliaram na compreensão da temática em questão.

Concomitante a realização das entrevistas, estive realizando o trabalho de escuta. Escutar os discursos não implicou na literal transcrição, mas na identificação

das idéias essenciais que deles fluíam para a definição de unidades de sentido. A partir da escuta atenta das entrevistas, foram construídas as fichas temáticas, que constituiriam o material concreto para a viabilização da análise. As fichas foram organizadas por temas e sub-temas extraídos dos próprios discursos.

A partir da aproximação dos discursos falados, senti necessidade de estabelecer conexão com o eixo dos discursos escritos: leituras tanto de documentos que sustentam a Doutrina Social da Igreja, como de publicações e material educativo disponível na sede estadual da Pastoral da Criança, situada no Centro Pastoral Pio X, Arquidiocese de Natal; além de teses, dissertações e livros publicados por autores em diversas regiões do Brasil.

O outro eixo de conexão foi firmado nas observações que realizei no campo de pesquisa, pelo envolvimento com as ações socioeducativas da Pastoral da Criança, quando participei de um conjunto de atividades como: curso para capacitação de novos líderes, dia de Celebração da Vida (dia do peso), reunião de reflexão e avaliação, visita domiciliar.

É importante ressaltar que não ocorreu uma ação linear na realização das conexões entre o dito, o escrito e o feito. Enquanto fazia a escuta das entrevistas, por vezes, senti necessidade de realizar a observação de determinado aspecto no campo de ação da PCr ou mesmo recorri a leitura de documentos da instituição e ao aporte teórico de autores que discutem a questão. Ocorreu uma intersecção dos modos de agir que garantiu uma alternância entre entrevista compreensiva, observação participante e análise documental.

No conjunto dos doze Agentes Pastorais entrevistados, senti a presença de dois tipos de discurso:

Os Agentes Pastorais que atuam nas coordenações apresentaram um discurso mais formal, técnico-científico, contextualizado, que fez mais referência aos aspectos econômicos e políticos, influenciado pelos princípios e valores da Coordenação Nacional da PCr. Abordou a ação socioeducativa como reflexo da Igreja, atribuindo o sucesso da intervenção a metodologia, parcerias e organização;

Por outro lado, os Agentes Pastorais que realizam um trabalho mais próximo das comunidades, demonstraram um discurso místico, sendo mais emotivo, vocacional, relacionado a cultura local, firmado na experiência de vida. Abordou a

ação socioeducativa como resposta às necessidades da comunidade, atribuindo o sucesso da intervenção a vivência da mística cristã e ação do Líder Comunitário.

Alguns fatores podem influenciar nesta distinção, entre eles o maior grau de instrução, proximidade da cúpula organizacional e mais tempo de atuação, conforme reflexão realizada na introdução desse trabalho.

Através dos discursos, os Agentes Pastorais mostraram a PCr como instituição que é produto e agente de um momento histórico, por isso fazem referência a sua natureza plural e contraditória:

Os Agentes Pastorais colocam a PCr num prisma e a enxergam como uma instituição multidimensional, que tanto integra o terceiro setor, fortalecendo o movimento da nova filantropia ou refilantropização das questões sociais; como reflete o processo de renovação da ação pastoral e evangelizadora da Igreja Católica, sendo influenciada pelos princípios do Concílio Vaticano II e legitimada como organismo de ação social da CNBB.

A PCr atende a interesses múltiplos e institui uma rede de interdependência entre instituições e pessoas. A denominada rede da solidariedade torna-se razão para a realização de parcerias com a iniciativa privada e os organismos internacionais, como também para a integração de 264 mil Líderes Comunitários no trabalho voluntário em prol da sobrevivência de crianças pobres. No processo dessas relações interinstitucionais e interpessoais, os Agentes Pastorais entrevistados mostraram que é determinante o cultivo da ética, da responsabilidade social e da mística cristã.

A experiência da PCr está atrelada a crescente valorização da sociedade organizada (terceiro setor) que busca a exploração do potencial humano (serviço voluntário) e espiritual (cultivo da fé). Apresenta-se como um empreendimento compartilhado entre Igreja Católica, Estado, iniciativa privada e sociedade civil.

A PCr como organização do terceiro setor contribui para manter o sistema neoliberal vigente, adiando o enfrentamento dos problemas estruturais da sociedade e ajudando a liberar o Estado da promoção de políticas sociais, ao mesmo tempo que coloca em evidência os resultados da ação que realiza a favor do processo de legitimação de si mesma na sociedade. (HOROCHOVSKI, 2003).

De forma indireta, a instituição colabora com a valorização do capital e o desenvolvimento da iniciativa privada, quando realiza parcerias com empresas que

divulgam responsabilidade social pela isenção de impostos. O sistema de parcerias entre terceiro setor, iniciativa privada e Estado põe em questão o princípio das entidades sem fins lucrativos. O que ocorre é um lucro velado, pois através da ação voluntária, tanto Estado economiza recursos, pela contenção de despesas, como o mercado recebe novo ânimo com a ampliação de suas vendas e lucros. No processo de redefinição dos modos de vida capitalista atual, tornou-se indispensável o papel da sociedade civil organizada na gestão das questões sociais.

Embora a maioria dos Agentes Pastorais pense diferente, dois deles, Agentes Pastorais Coordenadores, demonstraram que há uma urgente necessidade da PCr ser mais ousada, além de intervir na realidade, também denunciar sobre as carências básicas da população pobre, promovendo pressão política em favor de maiores investimentos na área social. A instituição deve investir com maior ênfase na linha profética de ação, ajudando a reivindicar melhores condições de vida para as crianças pobres. Dentro do terceiro setor, deveria agir como representante das classes populares, reivindicando para os pobres dos pobres qualidade de vida.

Um dos grandes dilemas vividos pela PCr, desde a fundação, localiza-se na essência de sua ação socioeducativa, caracterizada como emergencial, básica e missionária, no sentido de ser pragmática e intervencionista. Como instituição que representa os anseios da sociedade civil, em particular dos excluídos, ainda mostra-se tímida na concretização de sua dimensão profética, tanto apregoada em seus documentos como nos da Igreja. Nas comunidades pesquisadas, sente-se a ausência de ações de denúncia, reivindicação e mobilização do povo empobrecido para lutar por melhores condições de vida. A maioria dos Agentes Pastorais entrevistados sentem-se satisfeitos apenas com o escape da criança pobre.

A partir dos discursos orais e escritos, notei que a PCr integra a rede dos novos movimentos sociais, obedecendo a lógica do associativismo, numa esfera paraestatal que oferece serviço público voluntário, do tipo não-conflitivo, baseado na ajuda mútua e solidária, que busca soluções nos espaços de limitações dos próprios sujeitos sociais, incentivando-os a emancipação pelas suas próprias forças, como se fossem culpados pela condição social em que se encontram. Segundo Castel (2005), entregar ao sujeito desproariado a responsabilidade da autopromoção torna mais severa a relação de dependência determinada pelas desigualdades sociais.

A instituição também implementa uma ação socioeducativa do tipo religiosa, que cultiva a mística cristã junto às famílias acompanhadas. Os discursos identificam a mística cristã como o alicerce da instituição, que fundamenta as modalidades de ação desde a Coordenação Nacional até as instâncias medianas (dioceses) e locais (paróquias). Observei que há uma presença mais forte da mística nas instâncias que trabalham junto às comunidades (coordenação paroquial, comunitária e lideranças) do que nas outras instâncias, coordenações mais distantes da paróquia (coordenação de área, diocesana, estadual e nacional).

A espiritualidade cristã torna-se práxis influenciando na atuação dos líderes comunitários, nas maneiras de fazer PCr, privilegiando mais as metas da instituição do que a transformação da realidade em que vivem as famílias acompanhadas.

Há uma necessidade de evolução da mística apenas volitiva e sacramental para o que Betto e Boff (2005, p. 97; 204) denominam de “espiritualidade da militância”, mística que ultrapassa a vocação contemplativa e alimenta o desejo de mudança, de construção de uma nova humanidade: “[...] a mística verdadeira é aquela dos olhos abertos e das mãos operosas. Sem isso é mistificação.”

Além de importar das CEBs a ação-mística-pastoral em torno da paróquia, a PCr poderia cultivar também a ação-profética-militante que mobiliza o Povo de Deus no combate as injustiças sociais na reivindicação dos direitos historicamente usurpados. A PCr como parte da Igreja-povo-de-Deus deve assumir o papel profético a desempenhar no contexto de crise da modernidade. Deve fazer referência a presença do pecado social e recuperar a proposta de Lima (1979) quando diz que as pastorais sociais devem ser espaços de reflexão religiosa e política.

Apesar dessas assimetrias, a PCr consegue implementar um importante programa de orientação sobre ações básicas de saúde, influenciando na educação dos familiares das crianças acompanhadas. A ação socioeducativa da PCr alimenta possibilidades como: organização de parte da comunidade para desenvolver trabalho voluntário; utilização da pedagogia da sobrevivência para combater a desnutrição e a mortalidade materno-infantil; cultivo do sentimento de infância pelas práticas de cuidado com a criança pobre.

Com respeito aos Líderes Comunitários e o trabalho voluntário que devotam à comunidade apresento as seguintes considerações:

Apesar das fragilidades na formação, acrescidas as limitações presentes na intervenção e a rotatividade na função, os Líderes Comunitários são considerados colunas, porque sustentam a PCr nas comunidades. São eles que articulam a pedagogia da sobrevivência junto aos familiares, visando o escape da criança pobre. Mesmo com a proposta de capacitação continuada, os líderes sentem dificuldade em realizar o trabalho e percebem que a ação é insuficiente para transformar a realidade social de exclusão de grande parte da população acompanhada.

As falas dos agentes pastorais vinculam o sucesso da ação social da PCr a um conjunto de fatores que passam pela admissão do apostolado leigo na Igreja, presença da mística cristã, organização da sociedade civil, dedicação ao trabalho voluntário e instituição de parcerias. No entanto, o mais determinante está na capacidade da instituição de aperfeiçoar as maneiras de intervenção a partir do modo de vida das comunidades acompanhadas.

Sobre o uso da pedagogia da sobrevivência no escape da criança pobre, foi comum nos discursos a concepção de que:

A pedagogia da sobrevivência, cultivada pela PCr é pedagogia do cuidado, da fé e do escape. A pedagogia da sobrevivência integra a cultura própria do homem ordinário em condição limítrofe de vida, de forma que está latente nessas comunidades acompanhadas pelos líderes comunitários. Artefatos desse modo de vida foram assimilados, ressignificados pela PCr e materializados em modalidades de ação que primam por ensinar os familiares a cuidarem das crianças. Os Agentes Pastorais atuam sob a orientação de saberes técnico-científicos sistematizados no Guia do Líder e fazem a intersecção com o que as famílias pobres sabem mais fazer: ousar em busca de escapes.

Com base nas reflexões de Certeau (1994), considere neste estudo a Pedagogia da Sobrevivência como sendo a capacidade que o homem ordinário possui de tratar com a inventividade na busca de oportunidades para manter-se vivo. Mas, que relação foi estabelecida entre a ação socioeducativa da PCr e a pedagogia da sobrevivência cultivada nos bolsões de pobreza?

Percebi que a PCr ressignificou a pedagogia da sobrevivência própria das comunidades, em função do cuidado e escape da criança pobre. O homem comum a utiliza como tática em qualquer situação para escapar, a PCr utiliza para garantir o escape da criança, influenciando na diminuição da mortalidade infantil. A pedagogia

da sobrevivência serve também para recuperar o sentimento de infância no seio dessas comunidades pela instituição de uma ética do cuidado.

O cerne da pedagogia da sobrevivência está no ensinar a cuidar da criança pobre, potencializando os familiares com artefatos ressignificados da própria realidade vivida. Diz respeito ao ensino-aprendizagem de táticas de resistência dissimulada (CERTEAU, 1994, p.95), que garantem a sobrevivência dos que estão na periferia do modo de vida capitalista. Foi o que Santos (2000, p. 270) nomeou de “falsa emancipação”, porque funciona como regulação das massas sob outra forma.

Para viabilizar esse tipo de pedagogia, a PCr utiliza-se do que Foucault (1987) denominou de tecnologias de controle, instituindo a vigilância pelas práticas de observação na visita domiciliar; de registro pela manuseio do Caderno do Líder e cartões da criança; e do exame pela efetivação da pesagem. A esse conjunto de ações socioeducativas, e porque não dizer disciplinares, que a instituição chama de processo de acompanhamento.

Uma pedagogia que é firmada na vigilância contínua, implementada no espaço privado (a casa) e público (paróquia/capela) da comunidade; que propõe uma descentralização dos mecanismos de controle sobre a criança através de uma possível parceria com os seus familiares.

O que a PCr institui entre as famílias pobres é um tipo de luta latente pela existência diante das probabilidades de sobrevivência. Contribui para o que Weber (1991, p. 24) denominou de “concorrência pela vida”. Fala de uma seleção social, determinada pelas condições de vida do sujeito e do poder da “astúcia inescrupulosa” como elemento de luta nessa situação de concorrência e conquista. Tem-se uma pedagogia de ação, porque não firma-se no comodismo; de resistência porque ensina essas comunidades a subsistirem aos efeitos das desigualdades sociais do modo de vida capitalista; do tipo dissimulada porque ainda são tímidas as iniciativas de superação das formas de assujeitamento desses grupos sociais empobrecidos.

Pela ação socioeducativa da PCr vejo a materialização da micro-ética, uma ética do cuidado focada no indivíduo: a criança, que mobiliza a família em redes de interconhecimento e de entreajuda (sociedade-providência) para o desempenho da segurança social, negada pela providência estatal. (SANTOS, 2000). É uma pedagogia também firmada na individualização e racionalização do sujeito.

A proposta de ação dessa pedagogia, que se apresenta como evangelho da PCr, indica que as oportunidades de sobrevivência e de desenvolvimento possam ser aproveitadas ou criadas, aproveitando-se do contexto limítrofe de vida dessas crianças pobres. A Pedagogia da Sobrevivência assegura o escape no momento em que os familiares aprendem a lidar com a prevenção através do cultivo do pré-natal, aleitamento materno, vacinação, pesagem; aprendem a lidar com o essencial pela observação dos indicadores de oportunidades e conquistas; aprendem a lidar com o alternativo através da alimentação enriquecida, utilização do soro caseiro, plantas medicinais; aprendem a lidar com as probabilidades ao indentificar os fatores de risco que podem comprometer a saúde ou mesmo levar a morte da pessoa.

O trato com os artefatos como a prevenção, a essencialidade, o alternativo e as probabilidades está presente nos discursos e na ação socioeducativa da PCr e torna-se indispensável na constituição da Pedagogia da Sobrevivência. A assimilação e prática desses artefatos pelos familiares assegura o sucesso da intervenção dos Líderes Comunitários na missão de diminuir os indicadores de mortalidade materno-infantil. Tipo de intervenção próximo ao que Beghin (2005) identificou como ensinar a gerir a pobreza, aprender a conviver com situações limítrofes.

Quanto a relação entre essa Pedagogia da Sobrevivência e o cultivo do sentimento de infância nos bolsões de pobre:

Ocorre uma interdependência entre essa ética do cuidado e o cultivo do sentimento de infância, pois um está firmado sobre o outro. As modalidades de ação firmadas nas artes de cuidar da PCr contribuem para o cultivo do sentimento de infância, ou seja, é através da valorização da criança pobre que se recupera o sentimento de cuidado nos bolsões de pobreza.

A PCr investe no escape da criança pobre através do cultivo do sentimento de infância no interior de arranjos diferenciados de família. O sentimento de infância cultivado pelos Agentes Pastorais ocorre através da atitude de maternage, que inclui na criação dos filhos os cuidados parentais. Nesse sentido, o cuidador pode ser qualquer parente da criança, admitindo-se a família parental ou agregada como nicho de desenvolvimento das novas gerações. Os familiares são constituídos cuidadores, promotores de uma ética do cuidado.

A ação social da PCr fala diretamente a uma instituição que está se desintegrando: a família nuclear burguesa. A exigência de que família precisa estar bem estruturada para que a criança cresça de forma saudável não é mais pré-requisito para a intervenção.

Os discursos apontaram para a presença de uma não-infância ou infância subtraída tendo como referencial os parâmetros do modelo burguês de infância. O possível desaparecimento do sentimento de infância na criança pobre é pertinente com o reconhecimento do fracasso do projeto de modernidade, minado pela controvérsia da miséria e a ausência de respeito ao indivíduo como pessoa humana, vítima da exclusão do modo de vida capitalista. Segundo Touraine (2002), desaparece o sentimento de infância como consequência da morte do indivíduo como sujeito-ator social.

Na perspectiva de ressurreição desse sujeito, trata-se o sentimento de infância numa dimensão social e não apenas a individual da pessoa humana. A criança é definida pelas condições sociais de satisfação das necessidades vitais. Para os agentes pastorais da PCr não se pode dissociar o biológico do social. Os processos biológicos são determinados socialmente. A idéia de desenvolvimento natural não pode ignorar os fatores sociais, determinantes externos da condição de vida da criança.

A resolução do problema da ausência da infância na criança pobre deve ser tratada, prioritariamente, por um redimensionamento dos modos de vida impostos pela sociedade capitalista. De forma que sejam articuladas políticas que leve em consideração a melhoria da condição de vida das famílias pobres, estimulando justa distribuição de renda, criação de empregos e oferecendo os serviços públicos de educação, saúde, procurando garantir qualidade de vida para o povo e consequentemente para seus descendentes.

São vários os fatores sociais que devem ser atingidos para que a mortalidade infantil seja erradicada. A PCr atua apenas em um dos campos de combate que é a da educação da família sobre os cuidados de saúde. A instituição realiza uma intervenção nos níveis pessoal e familiar, através de um programa educacional sobre higiene pessoal, sanitária, aleitamento materno e vigilância nutricional. A PCr atua prioritariamente na educação da família em função do escape da criança pobre.

A Pedagogia da Sobrevivência cultivada pela PCr foca sua intervenção no escape do indivíduo e não da coletividade. Há outros fatores que devem ser atacados como os ambientais (poluição do ar, tratamento do lixo), os estruturais urbanos (saneamento básico, água encanada), os econômicos (emprego, distribuição de renda), como nos adverte Ramos (2003) que o bem estar da criança passa prioritariamente pelo bem estar da sociedade.

Parece que a PCr ainda concebe mais importante apresentar à sociedade nacional e internacional a redução da mortalidade infantil do que questionar a qualidade de vida das comunidades pobres diante da ausência de políticas sociais específicas e abrangentes. A instituição precisa conjugar a ação-prevenção com a ação-promoção, investindo mais na dimensão profética, armando-se de coragem necessária para o despojamento de si mesma e mobilização das comunidades na luta por melhores condições de vida.

A PCr é capaz de trazer informações sobre os cuidados com a saúde, influenciado no escape da criança pobre, só que ainda não promove uma mudança real na vida daquelas famílias, as precárias condições sociais permanecem. As ações complementares foram criadas para atingir essa lacuna, mas ainda se mostram ineficazes, porque são pontuais. O problema está relacionado a questões políticas e econômicas, envolvendo a distribuição de renda, criação de empregos, cumprimento dos direitos a cidadania, independente de raça, credo, sexo e condição social.

A PCr firma a intervenção que realiza nas políticas de auto-ajuda, acreditando que as comunidades são mananciais de criatividade nas soluções dos próprios problemas, muitas vezes, ignorando os fatores externos que influenciam nas condições de vida. Esse ideal está presente na fala da Coordenadora Nacional quando diz: “Se o povo se ajudar, vai subir com os próprios meios.” (ZILDA ARNS apud BATALHA, 2003, p.143). Há ainda a crença de que a comunidade organizada e solidária pode realizar muito para a autopromoção.

As Pequenas Rodas de Conversa entre as lideranças e os familiares na comunidade seria uma oportunidade de mobilização social, da construção ou cultivo de uma mística militante para reivindicação de melhor condição de vida, mas a PCr ainda não explora as possibilidades dessas reuniões de educação comunitária

participativa. Através da observação participante senti a ausência dessa importante ação complementar na intervenção da PCr.

Nas situações observadas, é notável a falta de iniciativas para a mobilização sóciopolítica entre os Líderes e para com os familiares acompanhados. A ação sócioeducativa-religiosa torna-se eficaz na educação em saúde, garantindo o escape da criança pobre, mas teria uma dimensão ainda maior se investisse na organização dessas comunidades para refletirem sobre a realidade em que vivem e quais as possibilidades de superação.

Segundo estudos realizados pelo IDEMA (1999), a intervenção da PCr pode ser classificada como de natureza setorial ou localizada. Essas populações necessitam de intervenções que influenciem nos determinantes estruturais e sociais relacionados a disponibilidade e acessibilidade de serviços como transporte, lazer, saneamento básico, educação, saúde, moradia, emprego e renda. Intervenção que produz um impacto permanente, porque representam melhoria na condição de vida das pessoas. (CASTEL, 2005).

Diante dessas necessidades estruturais, os Agentes apresentaram um discurso que atribui um sentido de emergência à ação socioeducativa que efetivam junto as famílias pobres, o que representa intervir na comunidade através de ações concretas, de natureza solidária, pontual, mas contínua. Considerando a existência de condições mínimas de sobrevivência, trabalham de forma exclusiva pelo escape da criança pobre, investindo em orientações sobre noções básicas de saúde, pouco influenciando em mudanças significativas na condição social das famílias acompanhadas.

Esclareço que diante dessas considerações, não ignoro a possibilidade de haver dentro da instituição experiências isoladas, que cultivem maior conscientização e mobilização social na luta por melhores condições de vida para as famílias pobres acompanhadas.

Comumente, a ação socioeducativa da PCr trata em assegurar benefícios imediatos para as crianças em situação de risco que consegue alcançar. Apresenta-se, então, uma diminuição relativa da mortalidade infantil, pois os Líderes Comunitários não alcançam o total das crianças existentes nos bolsões de pobreza. No Rio Grande do Norte, a maioria das crianças pobres nascem sob condições inadequadas de moradia, nutrição, saúde e educação, sem oportunidades para se

desenvolverem. Descuidar dessas crianças significa ampliar o fosso das desigualdades sociais e perpetuar o ciclo de pobreza e exclusão social, que denuncia a crescente desumanização do ser humano tão evidente em nossos dias.

Portanto, o “para que TODOS tenham vida e vida em ABUNDÂNCIA” (João 10.10) ainda é uma utopia no seio da presente sociedade que insiste em primar pelo INDIVÍDUO, a PRIVAÇÃO e a ESCASSEZ.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BATALHA, Martha Mamede. **Pastoral da Criança: 20 anos de vidas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; Ed. Desiderata; São Paulo: Loyola, 2003.

BEGHIN, Nathalie. **A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito**. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época, 122)

BETTO, Frei; BOFF, Leonardo. **Mística e espiritualidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Tradução Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2005.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. 4. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. Petrópolis: Vozes, 2005. (Coleção Infância e Educação)

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Tradução Maria Luisa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1970.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 2. ed. Tradução Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. **Pastoral da Criança: estratégias de legitimação no Terceiro Setor**. Curitiba: Juriá, 2003.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. **Crianças e adolescentes no Rio Grande do Norte**. Natal: IDEMA/UNICEF, 1999.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 3. ed. Porto Alegre: Meditação, 2004.

KUHLMANN JR., Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Situação de abrangência**: Estado do Rio Grande do Norte – ano 2005. Disponível em: <<http://www.pastoraldacrianca.org.br>>. Acesso em: 18abr. 2006

RAMOS, Natália. Educação, saúde e culturas: novas perspectivas de investigação e intervenção na infância. **Revista Portuguesa de Pedagogia**. [S.l.], ano 36, n. 1-3, p. 463-487, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica**: TCC, monografia, dissertação e tese. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. 7. ed. Tradução Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Infância, escola e pobreza**: ficção e realidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção Educação Contemporânea)

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3 ed. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1991.

LEITURAS

RESENHA: “O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL”

MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro; PEREIRA, Luiza Helena. **O ensino de Sociologia no RS: repensando o lugar da Sociologia**. Porto Alegre: Evangraf/LAVIECS, 2013. 262 p.

Lígia Wilhelms Eras¹⁰³

O Ensino de Sociologia na Educação Básica ainda se anuncia com um caráter de novidade ao vivenciarmos os recentes frutos provenientes das lutas pela obrigatoriedade legal da Sociologia no Ensino Médio e dos desafios continentais que se configuram ao momento do pós-obrigatoriedade via Lei 11684 de 2 de junho de 2008. A revitalização deste campo de estudos é notável pela ampliação da circulação das ideias sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica no aumento de publicações de materiais didáticos e de obras que subsidiam esse debate e que norteiam e problematizam os novos rumos dessa demanda no campo escolar e no campo acadêmico das Ciências Sociais. A obra *O Ensino de Sociologia no RS: repensando o lugar da Sociologia* (2013) também se configura como uma novidade por três razões: a) de um projeto que se constitui uma coleção que agregará mais sete edições¹⁰⁴ à longo prazo; b) de um projeto fomentado por órgãos da política pública educacional nacional e estadual (MEC, FNDE, SEB, SEAD, FORPROF)¹⁰⁵ c) da ideia do livro coletânea – composta por 13 (treze) capítulos – com discussões bem articuladas e dialogizantes entre si sobre diferentes situações, especificidades e relações de ensino – e que preserva outra característica própria do campo de

¹⁰³Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CAPES.

¹⁰⁴ Listagem dos próximos números da coleção: a) Ensino de Sociologia: trabalho, ciência e cultura; b) Ensino de Sociologia : diversidade, minorias, intolerância e discriminação social; c) Ensino de Sociologia: Direitos Humanos, Sociais, Educação e Saúde; d) Ensino de Sociologia: Educação, Patrimônio e Meio Ambiente; e) Ensino de Sociologia: diálogos entre a Pedagogia e a Sociologia; f) Ensino de Sociologia: Portfólios educacionais; g) Ensino de Sociologia: novas tecnologias em sala de aula.

¹⁰⁵ Ministério da Educação (MEC); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Secretaria da Educação Básica (SAB); Secretaria de Estado da Administração (SEAD); Fórum Estadual Permanente de Professores da Educação Básica (FORPROF).

estudos do Ensino de Sociologia, quanto ao seu perfil coletivo, reflexivo e de levantamento comparativo, que num primeiro momento se propõe a pensar as particularidades da dinâmica do Ensino de Sociologia no estado do Rio Grande do Sul, cuja grande parcela dos autores deste primeiro livro coletânea está vinculada institucionalmente; e, num segundo momento, apresentam discussões mais amplas, sistematizadas e sintonizadas ao quadro nacional deste debate.

O capítulo I “*A luta dos sociólogos pela obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio*” de Luiza Helena Pereira (2013) e o capítulo VI, “*LDB, DCNs, PCNs e OCNs: uma discussão acerca do papel das Ciências Humanas e da Sociologia no Ensino Médio*”¹⁰⁶, de Desirée Maestri (2013), há o preenchimento de significativas lacunas quanto à constituição da História do Ensino de Sociologia na Educação Básica, por um novo delineamento cronológico da campanha de luta em torno do processo legal e político da obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio e, por outro lado, de uma revisão e revelação do caráter recente, atribuído à própria legislação educacional, que ainda vem sendo processada e sistematizada.

Pereira reconstrói um cenário de 15 anos de luta pelo retorno do Ensino de Sociologia ao Ensino Médio, num diálogo com a legislação educacional, mas, sobretudo, apresentando as diferentes organizações e eventos que participaram deste debate num esforço de ações institucionalizadas por meio de eventos estaduais, regionais e nacionais como os Encontros Nacionais dos Cursos de Ciências Sociais (1999, 2000, 2001, 2003, 2004, 2005 e 2008), os Congressos Nacionais dos Sociólogos (1996, 1999, 2002, 2005, 2008), a inserção de três novos ambientes de interlocução no avanço do debate sobre o Ensino de Sociologia: 1) o Congresso Brasileiro de Sociologia (2005, 2007, 2009, 2011 e 2013¹⁰⁷) no Grupo de trabalho de Ensino de Sociologia; 2) o Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (2009, 2011 e 2013); 3) I Congresso da Associação Brasileira de Ensino das Ciências Sociais – ABECS (2013), abrindo espaços e fronteiras de um novo estatuto da educação básica no interior do debate sindical e acadêmico e escolar.

¹⁰⁶ As siglas utilizadas no texto se referem às seguintes legislações educacionais: a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); b) Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCN e DCNEM); c) Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); d) Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCN/OCNEM).

¹⁰⁷ A próxima edição que será entre os dias 10 a 13 de setembro em Salvador-Bahia.

A discussão de Maestri (2013) também é uma sistematização a nível nacional dos marcos legais educacionais desse país e as principais transformações pelas quais tem passado a educação básica e o ensino médio, problematizando o *locus* de atuação da Sociologia no espaço da educação básica. O debate é histórico e legal, cujo caráter de reforma e reorganização do sistema de ensino nacional, dialoga com uma matriz histórica – de um deslocamento de um eixo histórico marcado por experiências ditatoriais e enfoques cívico-moralistas aos conteúdos e relações de ensino, para uma vertente redemocratizante, que desloca o olhar para uma formação mais contextualizada, autônoma e crítica. A cronologia recente – ocorrida entre os anos de 1996 e 2012 – inscreveu mudanças estruturais e qualitativas ao sistema educacional brasileiro que numa análise comparativa histórica e documental, localiza as principais mudanças nesse processo.

A **ampliação** – de nível de ensino, disciplinas, temas¹⁰⁸, alunos e sujeitos – que agora alcança a educação básica na inserção do ensino médio nesse *corpus* e o aumento de responsabilidades da formação voltadas para a vida social, o trabalho, a cidadania e o uso diversificado de tecnologias e de novas disciplinas incorporadas ao currículo como a Sociologia, Filosofia; Música e mais uma língua moderna é um dos principais impactos. A autora revela uma abrangência política diversificada de temas, situações e perspectivas e uma tentativa de transferir um letramento disciplinar e científico a organização, temáticas e conteúdos de ensino. A Sociologia nesse sentido auxilia a problematizar sobre esses reflexos históricos e organizacionais da presença das minorias e dos jogos de forças sociais que exigiram essa discussão em novos moldes de formação de atitudes e cidadanias. Apesar de tantos avanços, Maestri alerta, as significativas mudanças deste novo legado educacional legal que incorporou todas essas instâncias da sociabilidade cultural, histórica, política, tecnológica e atitudinal à dinâmica jurídica, instala-se importantes desafios em seus moldes operacionais, como a formação de

Dos Temas temos a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e os conteúdos transversais como à educação alimentar e nutricional, os processos de envelhecimento, a educação ambiental, a educação para o trânsito e a educação em Direitos Humanos.

professores, instalações escolares precárias, modelos de gestão pedagógicos e administrativos hierarquizados como os grandes entraves desta proposta de organização epistemológica dos conhecimentos, conteúdos “mais integralizadas, articuladas e interdisciplinares” e da transferência desse novo modelo organizacional dessa reforma intimidando a qualidade da educação no Brasil, ainda a ser obtida. Mas há bons horizontes a caminho dos prognósticos que a autora aponta aos impactos desta reforma na reorganização dos cursos de formação de professores, a busca de um maior diálogo entre a cultura escolar e acadêmica e da presença dos Programas Institucionais de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBIDs) que poderão acarretar ainda novas e futuras mudanças legislativas.

Os capítulos IV, IX, X, XI e XII respectivamente de Leandro Raizer (2013), Daniel Gustavo Mocelim e Ivaldo Gehlen (2013), Gilberto Ferreira Silva (2013), Alexandre Silva Virgínio (2013), Jaqueline Rusczyk e Sérgio Schneider (2013) dialogam entre si e com a discussão apresentada por Maestri, porque são frutos diretos da incorporação de uma diversidade de sujeitos e modalidades de ensino a essa realidade da educação básica pela qual o Ensino de Sociologia dialoga diretamente.

Raizer trata do exercício da transposição didática do Ensino de Sociologia para as esferas da educação técnica e tecnológica que insira o componente de análise crítica dos alunos sobre si mesmos, seus processos de aprendizados e sobre a própria ideia ou conceito de técnicas numa capacidade integrativa do conhecimento sociológico e das áreas que não as humanas. As dificuldades nessa modalidade de ensino – a Educação Profissional – são a heterogeneidade dos temas e a abrangência do encontro entre o Ensino de Sociologia/Humanidades e o Ensino Profissionalizante/Tecnológicos associados a um processo de transposição didáticos diversificados. A avaliação final do autor é positiva, pois denota maior complexidade e qualidade crítica e reflexiva a formação especializada, além de mover avanços às novas orientações de políticas públicas educacionais para a área do Ensino profissionalizante. Mocelim e Gehlen das suas experiências docentes no Ensino de Sociologia em três identidades distintas e unificadas: um curso para gestores rurais; em uma graduação tecnológica em planejamento e gestão para o desenvolvimento Rural (Plageder); e de educação à distância. Um triplo desafio no entrelaçamento entre os conhecimentos teóricos e o trabalho transdisciplinar com a

vertente tecnológica. Gilberto Ferreira da Silva apresenta um debate enriquecido de detalhes sobre a educação e o Multiculturalismo em que faz uma análise crítica e histórica da política migratória brasileira desde o século XIX até os arranjos atuais que desencadearam reflexos plurais na constituição das identidades socioculturais, além de também explorar discussões acadêmicas e das pesquisas desenvolvidas no campo educacional e sociológico quanto à articulação da ideia do multiculturalismo e a interculturalidade. Os desafios da dinâmica da política de reconhecimento e formação escolar parte de uma ótica multiculturalista que atravessa a formação de professores, a produção de novos materiais didáticos adequados às realidades culturais e não-estigmatizantes e/ou não-excludentes, que segregaram historicamente ações/saberes de determinados grupos na escola, como um *locus prioritário* e operacional da luta, em que por meio da educação, se desenvolva um aprendizado que suprima relações preconceituosas socialmente instaladas. O conflito com relação à etnicidade, segundo Silva, sempre permeou a relação entre a cultura e escola, que frente à ausência de políticas educacionais asseguradas pelo Estado brasileiro, aos diferentes grupos étnicos instalados no Brasil, cada um à sua maneira buscou prover a escola às suas comunidades¹⁰⁹. Na atualização do debate, o autor identifica que nos grandes centros metropolitanos gaúchos há uma nova dinâmica de cruzamentos e hibridações que não pacificaram as relações entre elementos étnicos e sociais, mas de encontros em campos de negociação e disputas de poderes, não mais centradas em culturas fechadas como nos primeiros registros históricos da produção das identidades culturais. Os novos grupos e a ação articulada são agora regidos pela atuação constante dos movimentos sociais que dinamizam o cenário do lugar do multiculturalismo na escola e na sociedade em um processo que ainda não se findou. Já Alexandre Silva Virgínio, discute o distanciamento didático e social da educação básica quando descreve sobre a dinâmica do “projeto aluno-pesquisador” desenvolvido no Programa de Integração da Educação Profissional Técnica da Educação Básica para a educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no IFRS¹¹⁰. A centralidade da análise é sobre a força da pesquisa sendo ela mesma uma importante relação de saber que num trabalho de

¹⁰⁹ Como o grupo dos alemães, italianos, poloneses e negros no contexto do século XIX, no Rio Grande do Sul.

¹¹⁰ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus de Porto Alegre – RS.

campo acompanhou a prática docente e os desencontros de metodologias de ensino e relações de aprendizado quanto às especificidades de um novo público da educação básica: a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Notou-se que há a necessidade de uma maior valorização dos saberes cotidianos dos jovens/adultos que voltam aos bancos escolares e da superação das situações preconceituosas e reprodutoras de uma situação de desfavorecimento e julgamento *a priori* de uma incapacidade para os estudos como barreiras estabelecidas socialmente. Apesar dos esforços do trabalho de equipe relatados, a integração entre a escolha dos temas geradores de pesquisa e discussão – não surtiram os efeitos esperados – geraram grande evasão. Os conteúdos e métodos de ensino não dialogavam e não produziram sentido participativo no aprendizado discente em relações mais democratizantes de ensino. Russczyk e Schneider (2013) problematizam outra especificidade de modalidade de ensino da educação básica, o encontro do Ensino de Sociologia na Educação Básica e a juventude rural, num contraponto de expectativas dos jovens, do caráter estigmatizador da população e nas dinâmicas das sociabilidades locais. A *práxis* pedagógica em questão está localizada em um assentamento rural do movimento dos sem-terra. Nessa abrangência se encontram dois contraditórios: de um lado, a concepção da educação do movimento, que extrapola o espaço da sala de aula, transpostos para diferentes espaços e reflexões quanto ao estado de luta e pela emancipação dos sujeitos e, de outro lado, a problematização de uma *práxis* pedagógica e de conteúdos, que se afasta da realidade, da identidade e das dinâmicas da escola e da vida no campo. Segundo os autores o ensino de Sociologia é um instrumento relevante ao aguçar a percepção dessa especificidade do real e da coletividade – numa orientação freireana – de “reflexão e ação no/do cotidiano”, cuja acumulação de conhecimentos da Sociologia Rural se encontraria comprometida e preparada para vislumbrar o debate sobre a Educação no campo.

As discussões de Thiago Ingrassia Pereira e Paula Marques (2013) e Ceres Karam Brum, Fátima Peruena e Rúbia Oliveira (2013) estendem o debate sobre a institucionalização do Ensino de Sociologia na Educação Básica para o momento da pós-obrigatoriedade. Ambos os textos relatam o processo de implantação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais – na Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS)/*Campus* de Erechim-RS em 2010 e na Universidade Federal de Santa Maria

(UFSM) em 2009 – numa atuação direta das universidades, via pesquisa de campo, na realização de um mapeamento sobre a realidade escolar do Ensino de Sociologia na Educação Básica na região do Alto Uruguai e de Santa Maria – que abrangem várias cidades, escolas, alunos e professores. Os resultados de ambas as pesquisas, alertam e denunciam um grande risco ao processo da pós-obrigatoriedade do Ensino de Sociologia, em que se diagnosticou a descaracterização da disciplina e o exercício docente por não licenciados em Ciências Sociais em quase toda a totalidade das escolas pesquisadas. A não formação adequada dos professores para as áreas de Ciências Sociais, a não compreensão e dialogização com as diretrizes educacionais por parte desses professores, a ausência de propostas programáticas e escassez de materiais didáticos, comprometem a qualidade pedagógica e epistemológica do Ensino de Sociologia na Educação Básica. Razões pelas quais convoca a atenção de toda a comunidade acadêmica das Ciências Sociais para essa agenda de discussões junto às entidades científicas que tratam do Ensino de Sociologia em busca de estratégias que contemple o Ensino de Sociologia para além da obrigatoriedade legal, mas que possa alcançar de forma mais eficiente e qualitativa às práticas de ensino e o processo de aprendizagem da juventude.